

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NAS CLASSES HOSPITALARES

Dulcenéia de Moraes Santos¹

Ilza Francisca da Silva²

Isabel Cristina da Silva³

Josedelma Martins Pinheiro da Silva Costa⁴

Miriã Dias Ferreira⁵

RESUMO: Este artigo tem como Temática Interdisciplinar: O trabalho docente nas classes hospitalares, sendo que o mesmo foi escolhido para permitir aos profissionais de pedagogia uma aprendizagem interdisciplinar, assim como, a consolidação de uma consciência acerca da educação inclusiva na situação de internação hospitalar de aluno, uma vez que esse fato não pode ser impeditivo ao acesso e a continuação dos estudos para esse aluno.

Palavras Chaves: Trabalho docente. Classes hospitalares. Educação Inclusiva.

ABSTRACT: This article has as Interdisciplinary Theme: The teaching work in hospital classes, which was chosen to allow pedagogical professionals an interdisciplinary learning, as well as the consolidation of an awareness about inclusive education in the situation of student hospitalization, since this fact cannot be an impediment to access and continuation of studies for this student.

Keywords: Teaching work. Hospital classes. Inclusive education.

¹ Graduada em Pedagogia para a Educação Infantil pela UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Especialista em Docência na Educação Infantil pela UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso.

² Graduada em Pedagogia pela UNOPAR – Universidade Norte do Paraná, Especialista em Docência na Educação Infantil pela UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso.

³ Graduada em Pedagogia pela UNOPAR – Universidade Norte do Paraná, Especialista e Educação Infantil pela FACIB – Faculdade Impactos Brasil.

⁴ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Afirmativo, Especialista em Educação Infantil pelo IESMIG - Instituto de Ensino Superior de Minas Gerais.

⁵ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia, Especialista em Educação Especial AEE pela Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda os conteúdos interdisciplinares: escolarização hospitalar; inclusão; identidade docente; atendimento pedagógico; formação integral, espera desenvolver as competências tais como: compreender e se orientar a respeito do processo de inclusão, através das ações e estratégias educativas os alunos/pacientes em situação de internamento hospitalar ou tratamento de saúde, de forma a desenvolver práticas pedagógicas em ambientes hospitalares, bem como desenvolver habilidades voltadas à aprendizagem interdisciplinar, assim consolidando na tomada de consciência sobre a educação inclusiva.

Os objetivos de aprendizagem deste trabalho estão voltados a oportunizar o acesso ao saber científico com vistas à produção do conhecimento crítico e criativo, refletindo os desafios e possibilidades da prática pedagógica, oportunizando debater, conceituar e refletir sobre o processo inclusivo de alunos com necessidades especiais temporárias ou transitórias, dando continuidade a escolarização formal e fomentar o processo da construção da identidade profissional do docente.

Desse modo a realização deste trabalho é de suma importância para os futuros profissionais da educação modernos, pois se trata de um assunto bastante atual e de grande importância para a pedagogia, tendo como título: e tem como título escolhido pelo grupo: *Desafios e possibilidades da prática pedagógica nas Classes Hospitalares*.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Histórico no Brasil das Classes Hospitalares

Barros (2011) apud Saldanha & Simões (2013) diz que em 1902 já existia um serviço de escolarização em ambiente hospitalar, no Hospício Nacional de Alienados no Rio de Janeiro, sendo que nessa instituição, crianças eram atendidas no Pavilhão-Escola Bourneville.

Mazzota (2005) apud Saldanha & Simões (2013) relata ações pedagógicas em hospitais no Brasil desde o ano de 1931, na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

Para Fonseca (1999) o município do Rio de Janeiro tem a mais antiga classe hospitalar em funcionamento no país, a classe hospitalar do Hospital Municipal Jesus (hospital público infantil).

O Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções, embora esse decreto não trate das classes hospitalares, o mesmo dispõe acerca do acompanhamento domiciliar aos educandos portadores de afecções, é um importante instrumento destinado ao acompanhamento pedagógico de alunos em condições especiais de saúde (FARIAS & NASCIMENTO, 2016).

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, cita o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a um ano, educandos portadores de deficiência (DOMINGO, 2005).

Na década de 80 e início dos anos 90, surgiram várias discussões acerca da universalidade dos Direitos Humanos, tendo como resultado a implantação de políticas públicas destinadas aos direitos em âmbito internacional, nacional e regional. Surgiu à realização da I Conferência Internacional da Promoção da Saúde, em Ottawa, em novembro de 1986; a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, realizada em novembro de 1989; a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, em março de 1990; a II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, em 1993; e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, na Espanha, em 1994, que resultou na Declaração de Salamanca, entre outros documentos.

Os assuntos debatidos nesses eventos foram sendo incorporados em diversos documentos e aspectos normativos. Para Pacheco & Cerqueira (2013) em nosso país, os principais marcos da educação inclusiva, e que refletem os ideais políticos da época,

iniciaram nos anos 1980: Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (1996), Plano Nacional de Educação (PNE) (2001), Plano Nacional de Saúde (2004) e a Política Nacional de Humanização (2004).

Para Kuczynski (2010) os aspectos legais, relacionados à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, diz que foi realizada uma iniciativa da Sociedade Brasileira de Pediatria no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), aprovando a Resolução n^o 41, de outubro de 1995, que trata dos direitos da criança e do adolescente hospitalizados.

A partir dessa resolução, foi possível perceber um importante movimento da sociedade brasileira em favor da assistência oferecida à criança hospitalizada, assegurando que seu crescimento e desenvolvimento sejam preservados, como, por exemplo, a formação de classes hospitalares para garantir o processo de aprendizagem. (BRASIL, 2002 apud KUCZYNSKI, 2010).

A Constituição de 1988 garante o direito à educação a todos os cidadãos brasileiros, independente de cor, situação socioeconômica, credo, sexo, entre outros aspectos (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 nem o (ECA) Estatuto da Criança e do Adolescente citam o atendimento educacional para crianças, adolescentes e jovens hospitalizados e/ou em tratamento, como também não é mencionada a classe hospitalar, o que se estabelece é o direito à educação para todos. Apenas em 1994, com a Política Nacional de Educação Especial, define-se, pela primeira vez no Brasil, a classe hospitalar como um ambiente para o atendimento educacional de crianças e jovens internados e/ou em tratamento de saúde, que necessitam de educação especial. Tendo objetivo propiciar o acompanhamento curricular desses alunos/pacientes, garantindo-lhes a manutenção do vínculo com as escolas de origem (BRASIL, 1994).

Portanto de acordo com Brasil (1995) apud Carvalho (2011), a legislação reconheceu através das ações do Estatuto da Criança e do Adolescente Hospitalizado por meio da

Resolução nº 41 de outubro de 1995, no item 9, o “Direito de desfrutar de alguma forma de recreação, programas de educação para saúde, acompanhamento do currículo escolar durante a permanência hospitalar”.

2.2 Classes Hospitalares com as Políticas de Educação Inclusiva

A resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001, institui diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica, em seu artigo 13 menciona que: Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio. (BRASIL, 2001, art. 13).

O Parecer CNE/CNB nº 17/2001 e com a Resolução CNE/CNB nº 02/2001, a classe hospitalar continua sendo um atendimento educacional da modalidade de educação especial, pois se trata de um serviço especializado destinado às crianças e aos jovens, matriculados ou não no sistema educacional local. Aonde, o aluno precisa ser atendido em suas necessidades educacionais especiais resultantes de fatores físicos, psicológicos e sociais.

932

Essa resolução é resultante de diversos estudos realizados pela Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, incluindo, ainda, estudos técnicos procedidos pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP), e os vários Fóruns de debates junto aos Conselhos Estaduais de Educação, com a participação de professores, diretores e especialistas em educação, além do Conselho Nacional de Secretários de Educação (MEC, 2001 apud FERRAZ et al. 2013).

O suporte legal que institui normas para a educação de alunos com necessidades especiais em todas as suas etapas e modalidades e refere-se à classe hospitalar como “destinada a prover, mediante atendimento especializado, a educação de alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique na internação hospitalar ou atendimento ambulatorial” (BRASIL, 2001 apud ALBERTONI,

2011).

No documento *Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico domiciliar: estratégias e orientações* (Brasil, 2002) são apresentadas as diretrizes para que a classe hospitalar funcione adequadamente e cumpra o papel de garantir a escolarização aos educandos em condição especial de saúde. Para tanto, são detalhados aspectos essenciais, como a logística de funcionamento e os profissionais necessários, bem como a alocação desses profissionais, entre outros fatores importantes.

Para Gentil & Michels (2011) a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) aborda a questão da formação de professores para a educação especial, inclusive para a atuação em classes hospitalares: Observamos em documentos propositivos e normativos da política educacional direcionada à Educação Especial, em uma perspectiva inclusiva, a pulverização das ações docentes para as quais se indica que os professores da área devam ser preparados.

Essa formação permite atuação dos professores no atendimento educacional especializado, aprofundando o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, 2008 apud ROZEK & VIEGAS, 2012).

A Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, estabelece diretrizes operacionais para o AEE na educação básica, modalidade educação especial, no seu Art. 6º, diz que: “Em casos de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar” (BRASIL, 2009 apud JESUS et al. 2013).

Contudo, existem aqueles que acreditam que ela pertence à educação básica, mesmo porque muitas classes hospitalares no Brasil estão vinculadas ao ensino fundamental. Diversas classes hospitalares estão vinculadas ao ensino especial, apoiando-se nas leis aqui apresentadas.

A Resolução CNE/CEB nº 02/2001, diz respeito às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e trata, em seu artigo 13, da escolarização das crianças doentes, hospitalizadas. Outros dois documentos, o Parecer CNE/CNB nº 17/2001 e a Resolução CNE/CNB nº 2/2001, destacam que a classe hospitalar continua sendo um atendimento educacional da modalidade de educação especial, e consiste, assim sendo, um serviço especializado.

2.3 Os aspectos da formação docente que perpassam o exercício e a prática da docência no universo hospitalar

Em se tratando do professor da classe hospitalar, as peculiaridades do seu trabalho exigem, além da formação inicial, teoria, conhecimento científico e reflexão em relação a sua prática profissional. Para Mizukami (2013), os processos de aprender a ensinar, de aprender a ser professor e de se desenvolver profissionalmente, surgem antes do espaço formativo dos cursos de licenciatura e prolongam-se por toda a vida, alimentados e transformados por diferentes experiências profissionais e de vida.

A formação continuada é entendida como parte do desenvolvimento profissional que acontece ao longo do exercício docente e pode possibilitar um novo sentido à prática pedagógica, contextualizar novas circunstâncias e ressignificar a atuação do professor (WENGZYNSKI; TOZETTO 2012; MENDES, 2013; NOGUEIRA; PAVANELLO; OLIVEIRA, 2014 apud TERRA & BORUCHOVITCHLL, 2015).

A realidade cotidiana do hospital muda de modo constante. Temos a figura do aluno que deseja o estudo, mas que por diversas vezes encontra dificuldades em realizá-lo devido às condições adversas que vivencia (dores, enjôos, medos e traumas causados pela doença).

Os períodos de aula devem ser organizados pelo professor conforme a agenda do estudante no hospital, que envolve momentos para a realização de exames, fisioterapia, entre outros procedimentos. Ao refletir sobre seu trabalho, esse profissional aprende a resolver problemas, a se organizar diante dos imprevistos, e, inclusive, a lidar com a perda de alunos ocasionada pela morte.

Na rotina do hospital, o professor desenvolve a capacidade de conviver com a dor do outro, com o sofrimento, e mesmo com a morte e luto, o aprendizado da resiliência por parte do aluno no enfrentamento de todos os problemas que envolvem a hospitalização.

Ao se falar de identidade do professor da classe hospitalar é algo complexo, pois, mesmo que seu local de trabalho seja o hospital, ele não é um profissional da área da saúde, mesmo assim a sua presença nesse ambiente é de suma importância para o cumprimento da escolarização do educando, bem como para o seu processo de recuperação. Apesar disso, é necessário entender que a prioridade é o cuidado da saúde do aluno.

Para Barros & Santos (2008) diante do trabalho pedagógico com crianças hospitalizadas, que as professoras de Educação Especial não alcançam a magnitude e a complexidade do que pode significar uma hospitalização para as crianças, existe um desconhecimento por parte dos professores acerca do potencial de aprendizagem do alunado na condição de doença, bem como dos modos apropriados de identificar as necessidades educativas e realizar o acompanhamento escolar no hospital.

Para Soares e Barros (2007) a constituição da classe hospitalar é sempre variável ao longo de um período, por exemplo, o tempo de permanência no hospital é diferente para cada um, a duração, extensão e natureza do investimento pedagógico/terapêutico que será recebido também. O perfil do grupo também é variável, no sentido de que os pacientes são diferentes também em suas demandas acadêmicas, têm origens sócio-econômicas diferentes. Ainda para Soares & Barros (2007) a classe hospitalar é, assim, uma “turma” multisseriada, mesmo a denominação “classe”, nessa modalidade de atendimento não deve reduzir à utilização de um espaço físico, pode-se utilizar a biblioteca do hospital, o refeitório, as varandas da enfermaria e mesmo os leitos hospitalares.

Para além de ter domínio dos conteúdos, metodologia e conhecimentos do campo da Educação, para o desempenho do ofício de professor em ambiente hospitalar é necessário que esse profissional tenha noções de saúde, terapêutica, enfermidades, técnicas de higienização das mãos, e precaução de contato. Por isso, é muito importante que ele seja orientado pela equipe médica em relação à sua postura e aos cuidados que teve ter dentro

do hospital.

Os conhecimentos que o docente traz da sua formação inicial e continuada, seus valores, habilidades e as atitudes construídas diante da ação e da reflexão do trabalho no hospital, tudo isso contribui para a construção da identidade desse profissional, uma nova prática profissional é instituída na atividade docente.

Zabalza (2015) entende que a democratização do ensino passa pelos professores, por sua formação, por sua valorização profissional e por suas condições de trabalho, pesquisadores apontam para a importância do investimento no seu desenvolvimento profissional, envolvendo a sua formação inicial e continuada, articulada a um processo de valorização identitária e profissional dos professores. Identidade que é epistemológica, ou seja, que reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos configurados em quatro grandes conjuntos: 1. conteúdos das diversas áreas do saber e do ensino, ou seja, das ciências humanas e naturais, da cultura e das artes; 2. conteúdos didático-pedagógicos, diretamente relacionados ao campo da prática profissional; 3. conteúdos relacionados a saberes pedagógicos mais amplos do campo teórico da educação; 4. conteúdos ligados à explicitação do sentido da existência humana individual, com sensibilidade pessoal e social.

Para Almeida (2012) o trabalho do educador exige conhecimentos profissionais para o ensino, porém não deve se constituir, apenas, como atividade produtiva, e sim como trabalho voltado para a prática social e para a auto/interformação.

Conforme Pimenta (1999) apud Almeida (2012) a mobilização dos saberes da docência um passo importante para mediar o processo de construção da identidade profissional dos educadores. Dessa maneira, a ação educativa precisa ser a partida e a chegada da construção desses saberes.

De acordo com Nunes (2001) o desenvolvimento de pesquisas que, considerando a complexidade da prática pedagógica e dos saberes docentes, buscam resgatar o papel do professor, destacando a importância de se pensar a formação numa abordagem que vá além da acadêmica, envolvendo o desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional da

profissão docente.

2.4 A importância do vínculo entre o professor e seu aluno nas classes hospitalares, visando um desenvolvimento global do mesmo

O educando pode se identificar com o professor, estabelecendo com ele um vínculo afetivo. Oliveira (2009) ressalta a importância do vínculo e do aspecto afetivo, transformador e desencadeante de tônicas vitais, sendo esse diferencial na garantia de um crescimento recíproco entre o educador e o educando.

O professor precisa estar atento às condições físicas e emocionais do estudante, mas é pertinente que as demandas solicitadas ao professor não desviem do foco do trabalho, pois ele não pode perder a dimensão pedagógica do processo educativo. Para Aguiar & Bock (2018) a perspectiva pedagógica é aquela que proporciona situações formativas de reflexividade e de tomada de consciência das limitações sociais, culturais e ideológicas de forma que as práticas intuitivas e tácitas são questionadas por meio dos procedimentos da reflexão crítica e da unidade teoria-prática.

De acordo com Zombini (2012) a permanência da criança no hospital não pode romper seu vínculo com a escola, a perda do direito à escolarização. As classes hospitalares devem garantir às crianças e adolescentes hospitalizados a continuidade das experiências pedagógicas, o contato com o conhecimento, estimular o processo cognitivo e o seu desenvolvimento, implicando na continuidade das relações interpessoais.

Ainda para Zombini (2012) por estar em contato diário com o paciente e seus familiares, o professor da classe hospitalar pode auxiliar nas interações com a equipe de saúde, identificar padrões de comportamento até então não percebidos pela equipe. O mesmo precisa articular-se com a equipe de saúde do hospital, com a Secretaria de Educação e com a escola de origem do educando, colaborando, no restabelecimento da saúde e garantindo, através do cumprimento da grade curricular, a continuidade do aprendizado e a aprovação da criança para o próximo ano escolar.

Para Araújo & Cruz (2014) o direito à educação se manifesta como direito à aprendizagem e à escolarização, toda criança e adolescente têm esse direito garantido,

independente do período que permanecerá no hospital, sendo assim a classe hospitalar, garante o direito ao acesso, à manutenção e à continuidade da escolarização, possibilitando a redução dos riscos de fracasso escolar ou de evasão do sistema educacional na pós-hospitalização e o papel do docente neste contexto é de suma importância.

Entretanto, além de possibilitar a continuidade dos estudos, o professor tem a capacidade de ajudar o aluno, que se encontra hospitalizado, fragilizado pelo processo do seu adoecimento, a buscar o tratamento.

3 CONCLUSÃO

A realização deste artigo permitiu adquirir conhecimentos, refletir sobre os desafios e possibilidades da prática pedagógica, debater, conceituar e refletir sobre o processo inclusivo de alunos com necessidades especiais temporárias ou transitórias (hospitalização), e da possibilidade de continuação a sua escolarização formal, bem como promover o processo da construção da identidade como futuro profissional da educação na classe hospitalar.

A realidade do ambiente hospitalar, é muitas vezes frio, impessoal, permeada pela dor, pelo sofrimento, pela ansiedade, pela angústia daqueles que precisam estar inseridos nesse ambiente para uma situação de internação.

Este artigo nos permitiu conhecer como se processa o trabalho docente nas classes hospitalares, pois nesse mesmo espaço pode ocorrer o ensino e a aprendizagem. É possível que o professor exerça a sua atividade pedagógica em hospitais, não apenas auxiliando na escolarização de crianças e adolescentes internados, mas exercendo nesse espaço sua prática pedagógica de fato.

O processo de escolarização que ocorre no hospital tem especificidades da classe hospitalar. Logo, a educação nesse espaço acontece de maneira diferenciada, segundo uma organização própria. Assim sendo, o hospital é um espaço de educação, que favorece o desenvolvimento integral do aluno.

No processo de elaboração de suas identidades, é importante que o professor

mobilize os conhecimentos necessários à compreensão do ensino como realidade social. A prática pedagógica no atendimento hospitalar está direcionada ao desenho, à leitura, à escrita, ao faz-de-conta, às relações numéricas e ao diálogo.

Cabe ressaltar que esse trabalho não pode ser considerado apenas um auxílio ao ensino e à aprendizagem, mas precisa permitir que as crianças se desenvolvam integralmente.

O desenvolvimento de práticas pedagógicas com crianças em condição de internação hospitalar é uma grande conquista, envolve a família, a equipe de saúde e equipe pedagógica, favorece a continuidade de um projeto de vida, o desenvolvimento do conhecimento e a realização pessoal. Por outro lado, trata-se de um desafio que envolve, com igual intensidade, esforços de profissionais da saúde e da educação.

No Brasil existem políticas públicas voltados aos aspectos legais da classe hospitalar, embora esta ainda não seja uma realidade em todo o território nacional. Ao refletir acerca da sua prática pedagógica, o docente, no hospital, cria sua identidade e toma consciência do seu papel.

Desse modo, além de viabilizar o começo e/ou a continuidade dos estudos, colabora para o bem-estar do educando, levando-o à superação de suas limitações e à descoberta de novos conhecimentos, mesmo estando fora do espaço formal de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; BOCK, Ana Mercês Bahia (orgs). **A Dimensão subjetiva do processo educacional: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2018.

ALBERTONI, Léa Chuster. **Implantação de classe hospitalar em um hospital público universitário de São Paulo**. Rev Bras Cresc e Desenv Hum 2011; 21(2): 362-367. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org>>. Acesso em 29/06/2021.

ALMEIDA, Verônica Domingues. **A Experiência em Experiência: Saberes docentes e a formação de professores em exercício**. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.

ARAÚJO, Andreia Straube; CRUZ, Gilmar de Carvalho. **A docência no contexto**

hospitalar: uma prática possível e necessária. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 25-35, jul./dez. 2014

ASSUMPÇÃO JR, Francisco B.; KUCZYNSKI Evelyn e cols. **Qualidade de vida na infância e na adolescência: guia para pediatras e profissionais de saúde mental.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

BARROS, A. S. S.; SANTOS, R. M. **Percepções dos professores de Educação Especial acerca das crianças e adolescentes hospitalizados.** In: Congresso Brasileiro De Educação Especial, 3., São Carlos, Anais. 2008. Universidade Federal de São Carlos.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 29/06/2021.

CARVALHO, Karen Pina. **Pedagogos hospitalares em Salvador: relatos e vivências.** Universidade do estado da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em <<http://www.pucpr.br>>. Acesso em 29/06/2021.

DOMINGOS, Marisa Aparecida. **A escola como espaço de inclusão: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais.** Belo Horizonte, 2005. Disponível em <<http://www.biblioteca.pucminas.br>>. Acesso em 29/06/2021.

FARIAS. Gelcemar Oliveira; NASCIMENTO, Juarez Vieira. (orgs). **Educação, saúde e esporte: novos desafios à Educação Física.** Ilhéus, BA: Editus, 2016. Disponível em: <http://books.scielo.br>. Acesso em: 05/05/2019.

FERRAZ, Carolina Valença. et al. **Manual dos direitos da mulher.** São Paulo: Saraiva, 2013.

FONSECA, Eneida Simões da. **A Situação Brasileira do Atendimento Pedagógico-Educacional Hospitalar.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 117-129, jan./jun. 1999. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 29/06/2021.

GENTIL, Heloísa Salles; MICHELS, Maria Helena. **Práticas pedagógicas: política, currículo e espaço escolar** Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES, 2011.

JESUS, Denise Meyrelles de. et al. **Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado / organização.** 1. ed. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013.

MACHADO, Amélia Carolina Terra Alves; BORUCHOVITCHII, Evely. **As práticas auto-reflexivas em cursos de formação inicial e continuada para professores.** Psicologia: Ensino & Formação. 2015, 6(2): 54-67. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org>>. Acesso em 29/06/2021.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Escola e desenvolvimento profissional da docência.** In: GATTI, Bernadete Angelina et al. (org.). Por uma política nacional de formação de professores. São Paulo: Editora da UNESP, 2013. p. 23-54.

NUNES, Célia Maria Fernandes. **Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira.** Educação & Sociedade, ano XXII, nº 74, Abril/2001. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 29/06/2021.

OLIVEIRA, Mari Angela Calderari. **Intervenção psicopedagógica na escola.** 2.ed. Curitiba. PR: IESDE Brasil, 2009.

PACHECO, Ricardo Gonçalves; CERQUEIRA, Aquiles Santos. **Legislação Educacional.** 4. ed. atualizada e revisada. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2013. Disponível em <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br>>. Acesso em 29/06/2021.

REIS, Luciana Vaz dos. **Trabalho docente e Identidade nas classes hospitalares em Goiás.** UFG – Universidade Federal de Goiás, 2017.

ROZEK, Marlene, VIEGAS, Luciane Torezan. (orgs) **Educação inclusiva: políticas, pesquisa e formação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

SALDANHA, Maria Maia Martins. **Educação Escolar Hospitalar: o Que Mostram as Pesquisas?** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n. 3, p. 447-464, Jul.-Set., 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 29/06/2021.

SOARES E BARROS, Alessandra Santana. **Contribuições da educação profissional em saúde à formação para o trabalho em classes hospitalares.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 73, p. 257-278, set./dez. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 29/06/2021.

ZABALZA, Miguel A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ZOMBINI, Edson Vanderlei. et al. **Classe hospitalar: a articulação da saúde e educação**

como expressão da política de humanização do SUS. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 10 n. 1, p. 71-86, mar./jun.2012. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 05/05/2019.